

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2024**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
ASSOCIAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS  
INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE DE SANTA CATARINA -  
ACISSC E GUILHERME KRIEGER SOCIEDADE  
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.**

As partes, de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE DE SANTA CATARINA - ACISSC**, com sede na Rua Candido Ramos, nº 250, bairro Capoeiras, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 43.141.285/0001-93, neste ato representado pelo sua por sua Diretora Executiva, **Ana Maria Groff Jansen**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, **GUILHERME KRIEGER SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 35.301.364/0001-96, com sede na Rua Ricardo Landmann, nº 468 – apto 302, bairro Santo Antônio, em Joinville/SC, doravante denominada **CONTRATADO**, têm entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022, a celebração do presente contrato que reger-se-á mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos jurídicos para a formulação e disponibilização de 2 (duas) consultas ao Tribunal de Contas de Santa Catarina acerca das demandas de saúde dos Consórcios associados à Associação dos Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde de Santa Catarina – ACISSC, de acordo com os termos e condições detalhados neste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**2.1.** O **CONTRATADO** prestará os serviços contratados de acordo com as especificações descritas no presente instrumento.

**2.3.** Os serviços a serem executados pelo **CONTRATADO** englobam as seguintes características:

**2.1.1.** Coleta de informações dos Consórcios Públicos de Saúde para definição e parametrização do objeto da consulta;

**2.1.2.** Elaboração de 2 (duas) consultas ao Tribunal de Contas de Santa Catarina acerca das seguintes demandas:

- I. Vedação de participação de entes da Administração em múltiplos Registros de Preços com o mesmo objeto, no âmbito da saúde;
- II. Utilização e operacionalização do credenciamento no âmbito da saúde;

**2.1.2.1.** A consulta deverá ser fundamentada em jurisprudência, doutrina e legislação pertinentes, garantindo embasamento sólido e coerente.

2.4. Aprovação da versão final da minuta da consulta junto à ACISSC;

2.5. Prestação de suporte técnico-jurídico adicional, em caso de questionamentos ou solicitações de esclarecimentos adicionais pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina no âmbito das consultas realizadas.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.1. Este contrato terá sua vigência vinculada ao término da formulação e disponibilização da consulta ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, no prazo de **30 (trinta) dias úteis** a contar da data da sua assinatura.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO QUANTITATIVO, VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. O quantitativo de horas a ser utilizado na prestação dos serviços técnicos jurídicos será de **10 (dez) horas**, sendo o valor da hora técnica de trabalho estabelecido em **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.

4.2. O valor total do contrato será de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, correspondente ao quantitativo de horas contratadas multiplicado pelo valor da hora de trabalho.

4.2.1. Caso seja necessário o aumento do quantitativo de horas para a conclusão dos serviços, este deverá ser previamente autorizado pela **CONTRATANTE**, mediante a formalização de aditivo contratual.

4.3. O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis** após a entrega e realização de todos os itens descritos na cláusula segunda, mediante o envio da nota fiscal, a ser creditado em conta corrente de titularidade do **CONTRATADO**.

4.3.1. Em caso de irregularidade na entrega ou realização dos itens descritos na cláusula segunda, bem como na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização.

### **CLÁUSULA QUINTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E O REGIME DE EXECUÇÃO**

5.1. O presente contrato tem por fundamento a Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022, demais ordenamentos voltados às Associações de Representação e se vincula aos termos da proposta do **CONTRATADO**.

### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE DE PREÇO**

6.1. O valor contratado não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1. São obrigações do **CONTRATADO**:

7.1.1. Executar o serviço de acordo com o objeto contratado;

7.1.2. Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes;

7.1.3. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto;

**7.1.4.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do processo de contratação, facultando-se à **CONTRATANTE** o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição;

**7.1.5.** Se comprometer a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos da **CONTRATANTE**, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias, em caso de ações de terceiros;

**7.1.6.** Permitir acesso aos documentos da **CONTRATANTE** somente aos prepostos expressamente autorizados por esta;

**7.1.7.** Na hipótese de perda ou extravio de qualquer documento, o **CONTRATADO** se obriga a recuperá-lo, sob orientações da **CONTRATANTE**;

**7.1.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

**7.1.9.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**7.1.10.** Entrega e realizar todos os itens descritos na cláusula segunda no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data de assinatura deste contrato.

**7.1.11.** Apresentar nota fiscal relativa ao serviço prestado, indicando como tomador do serviço a **CONTRATANTE**.

**7.1.12.** Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no presente instrumento e na proposta apresentada.

**7.1.13.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste contrato, assegurado o direito de defesa.

**7.1.14.** Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

**7.1.15.** Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

**8.1.1.** Fornecer ao **CONTRATADO** todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do objeto, conforme as especificações estabelecidas neste instrumento.

**8.1.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, bem como atestar na nota fiscal a sua efetiva prestação.

**8.1.3.** Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a sua regularização.

**8.1.4.** Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

**8.1.5.** Efetuar o pagamento devido ao **CONTRATADO**, na data e forma estabelecida neste contrato.

**8.1.6.** Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações contratadas, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços realizados.

## **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL**

**9.1.** Constituem motivo para rescisão do contrato:

**9.1.1.** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

**9.1.2.** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

**9.1.3.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**9.1.4.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

**9.1.5.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**9.1.6.** A dissolução da sociedade;

**9.1.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

**9.1.8.** Razões de interesse público;

**9.1.9.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

**9.2.** Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

**9.2.1.** Determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE**.

**9.2.2.** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

**9.2.3.** Judicial, nos termos da legislação.

**9.3.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, a entrega será prorrogada automaticamente por igual tempo.

9.5. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES**

10.1. Pelo descumprimento das cláusulas contratuais ajustadas, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivarem a aplicação de multas;

10.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

10.1.2.1. No valor de **0,2% (dois décimos percentuais)** do valor da proposta, no respectivo item, por dia de atraso injustificado na entrega;

10.1.2.2. No valor de **2,5% (dois por cento e cinco décimos)** do valor da proposta, no respectivo item, no caso da realização dos serviços em desacordo com o especificado no edital, quando acarretar prejuízo à **CONTRATANTE**;

10.1.2.3. No valor de **10% (dez por cento)** do valor da proposta, no caso de recusa de entrega do objeto;

10.2. O **CONTRATADO** está sujeito à aplicação das sanções previstas, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, quais sejam

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O presente contrato poderá ser alterado quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Fica pactuada a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre **CONTRATADA** e **CONTRATANTE** qualquer tipo de relação de subordinação.

12.3. A tolerância, por qualquer das partes, com relação ao descumprimento de qualquer termo ou condição aqui ajustado, não será considerada como desistência em exigir o cumprimento de disposição nele contida, nem representará novação com relação à obrigação passada, presente ou futura, no tocante ao termo ou condição cujo descumprimento foi tolerado.

12.4. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias úteis, salvo disposição em contrário.

12.5. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

12.6. A inadimplência do **CONTRATADO**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento.

**12.7.** É terminantemente proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste termo, devendo ser executada inteiramente pelo advogado que compõe a sociedade individual contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1.** O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto do presente contrato, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Joinville – Estado de Santa Catarina.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Joinville/SC, em 01 de agosto de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Associação dos Consórcios Intermunicipais  
de Saúde do Estado de Santa Catarina - ACISSC**

Ana Maria Groff Jansen  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**GUILHERME KRIEGER SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

Guilherme Krieger  
**CONTRATADO**